

ISSN 2675-9934

Boletim de Políticas Públicas

Observatório Interdisciplinar
de Políticas Públicas «Prof. Dr. José Renato
de Campos Araújo» (EACH/USP)

Nº5 setembro/2020

OIPP

**Boletim de
Políticas Públicas**
**Observatório Interdisciplinar
de Políticas Públicas «Prof. Dr. José
Renato de Campos Araújo» (OIPP)**

Conselho Editorial

Agnaldo Valentin
Alexandre Ribeiro Leichsenring
André Gal Mountian
Cristiane Kerches da Silva Leite
Graziela Serroni Perosa
José Carlos Vaz
Ursula Dias Peres
Valeria Barbosa de Magalhaes
Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi

Contato

E-mail: boletimoipp@gmail.com
Rua Arlindo Bettio, 1000
03828-000
São Paulo/SP



Regras de submissão

O Boletim de Políticas Públicas do OIPP terá periodicidade mensal e receberá artigos acadêmicos curtos para ampla divulgação entre acadêmicos e profissionais do Campo de Públicas no Brasil. Os artigos podem ser resumos de resultados de pesquisa, análise de conjuntura, resenhas de livros, estudos de caso, em linguagem destinada a fomentar o debate sobre políticas públicas e gestão governamental. Apresentação de resultados de iniciação científica e monografia também são bem-vindos.

a. O Boletim de Políticas Públicas do OIPP aceitará artigos de até 10 mil caracteres (com espaço), considerando todos os elementos do texto (gráficos, tabelas e referências bibliográficas).

b. Os artigos devem ser enviados com o(s) nome(s) dos(as) autores(as) e filiação institucional.

c. O comitê editorial do Boletim de Políticas Públicas do OIPP reserva-se o direito de decidir sobre a aceitação do artigo.

d. O Boletim de Políticas Públicas do OIPP publicará um número limitado de artigos por número. Artigos aceitos não necessariamente serão publicados no mês de envio, podendo sair em números posteriores.

e. Artigos que são produto de pesquisa em nível de graduação devem ser submetidos em coautoria com docente.

f. O Boletim de Políticas Públicas do OIPP aceitará artigos em fluxo contínuo.

g. Não haverá qualquer tipo de remuneração para os autores dos artigos.

h. Serão aceitos artigos em português, inglês e espanhol.

i. Os artigos em português devem seguir padrão ABNT.

j. As referências bibliográficas devem ser inseridas ao final do texto no padrão ABNT e devem listar apenas as obras citadas no texto.

k. Os artigos devem ser enviados em formato eletrônico .doc, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linhas de 1,5.

Sumário

Análise de Conjuntura

Evolução do mercado de trabalho e do Auxílio Emergencial durante a crise sanitária6

Letícia Figueiredo Collado, João Marcus Pereira Rodrigues, André Gal Mountian, Agnaldo Valentin

Evolução dos indicadores de saúde, de atividades escolares e de empréstimos com os dados da PNAD COVID 16

Bruno Augusto Garcia, Marcelo Nakamura Saito, Agnaldo Valentin, André Gal Mountian

Pesquisas em Políticas Públicas

Socorro Fiscal da União na pandemia: desigualdades nas transferências para estados e municípios..... 26

Ursula Dias Peres, Fábio Pereira dos Santos, Felipe José Miguel Garcia, Luma Mundin Costa e Rony Cardoso

Sociedade, Políticas Públicas e Gestão Governamental

Rearranjo da narrativa antiproibicionista: Como a incorporação da pauta medicinal na agenda da descriminalização da *cannabis* reposiciona o movimento antiproibicionista..... 36

Bruna Chamas Biondi; Daniela Salú Mateus da Silva; Ergon Cugler de Moraes Silva; Laís Simões de Castro Barlati, Wagner Tadeu Iglecias, Ana Claudia Sanches Baptista

Análise de Conjuntura

Evolução do mercado de trabalho e do Auxílio Emergencial durante a crise sanitária

Letícia Figueiredo Collado¹, João Marcus Pereira Rodrigues², André Gal Mountian³, Agnaldo Valentin⁴

Introdução

Este é o quarto de uma série de artigos de conjuntura sobre a crise sanitária do Coronavírus. O monitoramento é realizado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e denominada PNAD COVID19. Na edição anterior, exploramos as desigualdades expostas e intensificadas pela crise no mês de maio. Neste artigo, por sua vez, foram utilizados os dados de maio a agosto de 2020, visando compreender os fenômenos ocorridos no mercado de trabalho brasileiro ao longo dos últimos quatro meses da pandemia.

Evolução do Mercado de Trabalho

Em uma avaliação inicial da situação do mercado de trabalho na série de dados da PNAD COVID19, revela-se no contingente de pessoas ocupadas uma queda de 84,4 para 82,1 milhões de pessoas entre os meses de maio e agosto de 2020, conforme ilustrado na Tabela 1. É importante realçar que o movimento de queda é refletido da mesma forma no nível de ocupação do país, que representa o percentual de brasileiros em idade de trabalhar

¹ Discente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP).

² Discente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP).

³ Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP), pesquisador do Núcleo de Estudos em Economia e Políticas Públicas (NEEPP) e do Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP).

⁴ Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP), pesquisador do Núcleo de Estudos em Economia e Políticas Públicas (NEEPP) e do Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP).

efetivamente ocupados. Dentro deste grupo, ainda, observa-se uma queda significativa no subconjunto de pessoas ocupadas e afastadas, em especial as pessoas afastadas devido ao distanciamento social, que passaram de 15,7 milhões em maio para 4,1 milhões em agosto. Além disso, destaca-se uma redução em menor ordem de grandeza no que diz respeito às pessoas que trabalhavam de forma remota e às pessoas ocupadas na informalidade.

Tabela 1. Distribuição de indicadores do mercado de trabalho (maio-agosto) (milhões de pessoas)

Situação	Maio	Junho	Julho	Agosto
Pessoas ocupadas	84,4	83,5	81,5	82,1
Ocupadas e afastadas	19,0	14,8	9,7	6,7
Afastadas devido ao distanciamento social	15,7	11,8	6,8	4,1
Afastadas por motivo diferente do distanciamento social	3,2	2,9	3,0	2,5
Ocupadas que trabalhavam de forma remota	8,7	8,7	8,4	8,4
Ocupadas e na informalidade	29,3	29,0	27,4	27,9

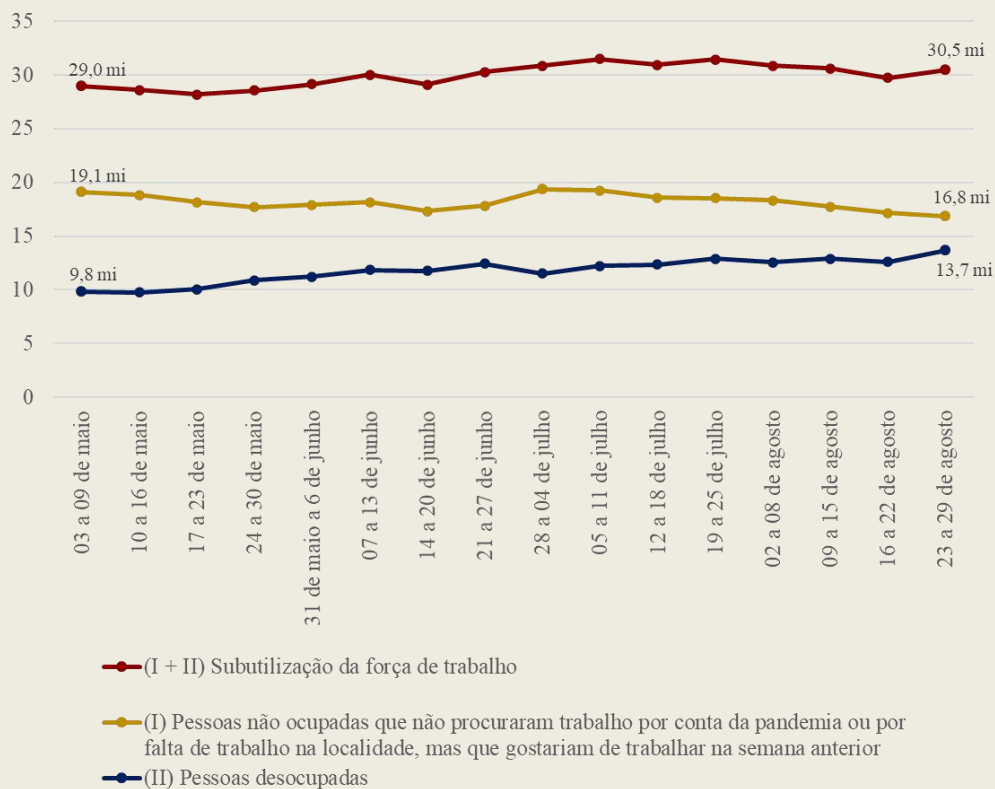
Fonte: IBGE (2020)

Para além do cenário de ocupação, para uma compreensão mais ampla dos reflexos da crise sanitária no mercado de trabalho brasileiro faz-se igualmente necessária uma leitura não só do desemprego, mas da subutilização da força de trabalho - como vem sendo realizada nos últimos artigos da série. A partir da leitura do Gráfico 1 abaixo, verifica-se que a taxa de subutilização da força de trabalho brasileira apresenta relativa estabilidade entre os meses de maio e agosto; observa-se, entretanto, evidente mudança em sua composição. Esta mudança pode ser verificada pela queda no contingente de pessoas não ocupadas que não procuraram trabalho por conta da pandemia ou falta de trabalho na localidade (curva I

no gráfico) e pelo aumento na parcela de pessoas desocupadas (desempregadas) (curva II) entre os meses de maio e agosto.

Entre maio e o início de julho, a taxa de subutilização era constituída majoritariamente por pessoas não ocupadas que não procuraram trabalho por conta da pandemia ou falta de trabalho na localidade, representando 66% do total, enquanto a parcela de desocupados era de 34%. A partir da segunda semana de julho (05 a 11), as curvas I e II demonstraram oscilações díspares e, findo o mês de agosto, a quantidade de pessoas não ocupadas que não procuraram trabalho por conta da pandemia ou falta de trabalho na localidade apresenta queda e passa a representar 55% da subutilização, enquanto a parcela de pessoas desocupadas cresce e passa a representar 45%. Essa oscilação pode representar um deslocamento da população não ocupada que, no decorrer da pandemia, voltou a buscar algum tipo de trabalho.

Gráfico 1. Subutilização da força de trabalho nas primeiras 16 semanas de pesquisa (maio-agosto) (em milhões de pessoas)



Fonte: IBGE (2020)

A PNAD Covid investigou ainda uma série de motivos pelos quais as pessoas não saíam de suas casas para procurar emprego. Os resultados são apresentados abaixo (Tabela 2).

Tabela 2. Distribuição das pessoas que não procuraram trabalho na semana anterior a semana de referência, por motivos de não procura (maio-agosto) (%)

Motivo de não procura	Maio	Junho	Julho	Agosto
Não quer trabalhar ou é aposentado	33,0	33,2	32,8	33,4
Devido à pandemia (isolamento, quarentena ou distanciamento social)	26,7	24,5	25,1	22,7
Estava estudando	14,8	15,6	15,4	15,8
Tinha que cuidar dos afazeres domésticos e/ou de parentes	10,6	11,6	11,7	12,3
Por problemas de saúde ou gravidez	6,5	6,9	7,0	7,3
Não havia trabalho na localidade	3,6	3,9	4,2	4,7
Outro motivo	2,0	1,7	1,4	1,4
Acha que não vai encontrar trabalho por ser muito jovem ou idoso	1,8	1,6	1,4	1,4
Estava aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho	0,5	0,5	0,5	0,5
Não tinha experiência profissional ou qualificação	0,5	0,5	0,4	0,4

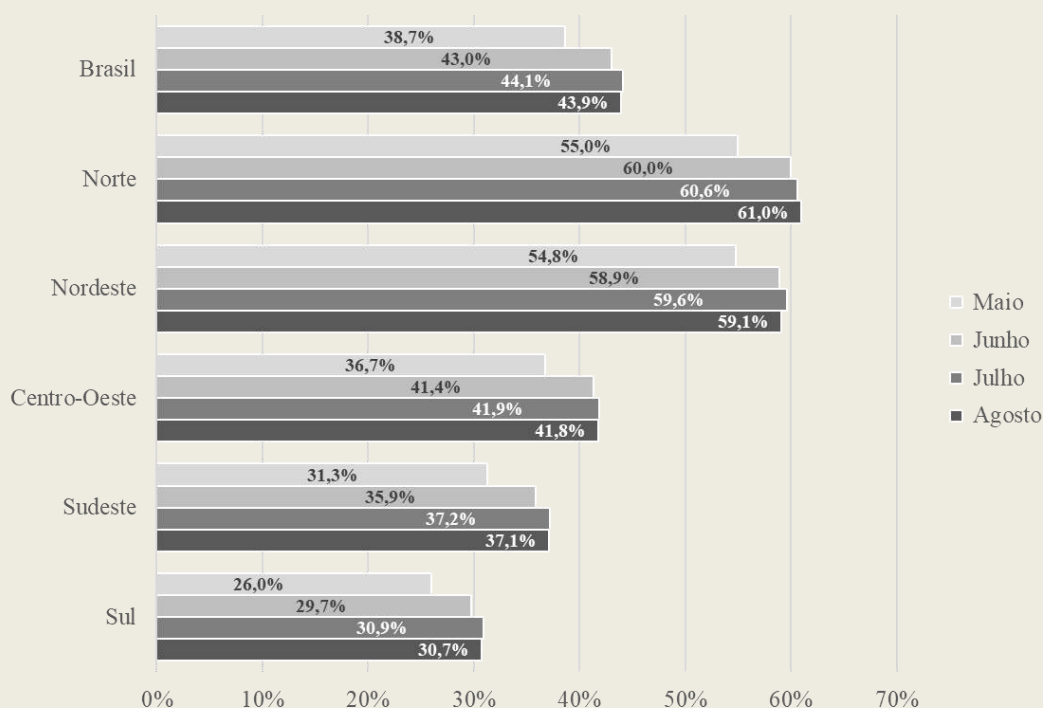
Fonte: IBGE (2020)

De acordo com a pesquisa, o motivo maior para as pessoas que querem trabalhar, mas não procuraram trabalho na semana anterior ao colhimento das respostas, foi devido à pandemia do covid-19, aliado ao isolamento, quarentena ou distanciamento social. Destaca-se que esse motivo de não procura vêm caindo, passando de um índice de 26,7% (20,1 milhões) em maio para 22,7% (17,1 milhões) em agosto, revelando um possível afrouxamento no cumprimento das medidas de distanciamento social e quarentena para procura de trabalho. Além do motivo destacado, nos chama a atenção também o aumento no motivo de não procura pois tinha que cuidar dos afazeres domésticos e/ou de parentes e de não procura por problemas de saúde ou gravidez, apresentando crescimento de 2,3 p.p. e 0,8 p.p., respectivamente.

Auxílio emergencial e renda do trabalho

Os dados da PNAD COVID19 revelam também a participação do auxílio emergencial nos domicílios brasileiros. A estabilidade verificada entre julho e agosto está associada ao encerramento do acesso ao programa e evidencia o teto de domicílios atendidos pelo Auxílio Emergencial, totalizando 43,9%. Os dados reafirmam a prevalência de domicílios mais vulneráveis nas regiões Norte e Nordeste em relação às demais, conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2. Porcentagem de domicílios onde alguém recebe auxílio emergencial, por região (maio-agosto)

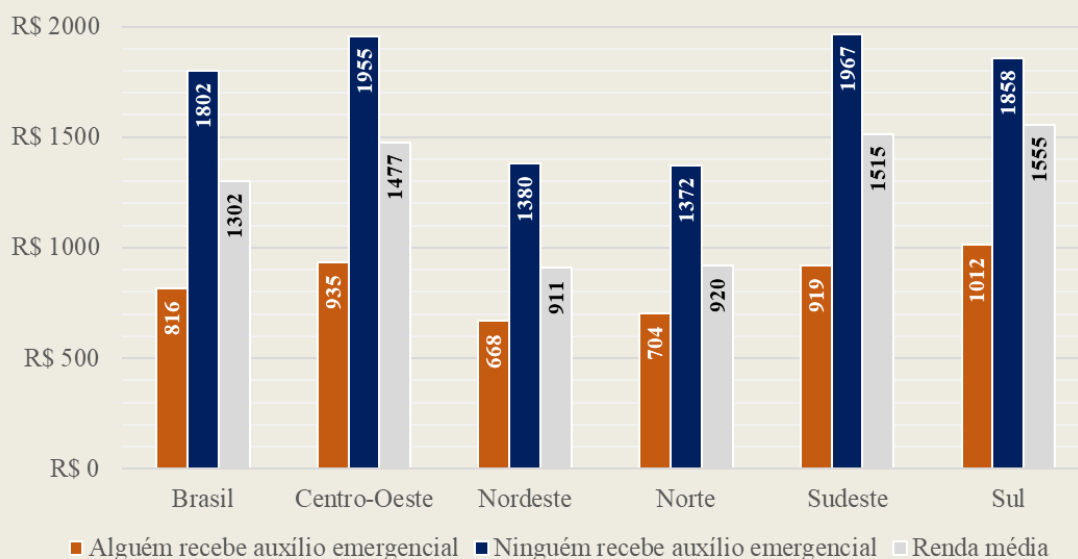


Fonte: IBGE (2020)

Em todas as regiões do país verifica-se que o auxílio emergencial atinge domicílios com menor rendimento per capita. O Gráfico 3 mostra que, no mês de agosto, os domicílios brasileiros em que alguém recebe auxílio emergencial apresentam rendimento real per capita médio efetivamente recebido de R\$ 816, enquanto os domicílios em que ninguém recebe auxílio emergencial, de R\$ 1.802. Não obstante, o gráfico também indica disparidades regionais no que diz respeito a esta diferença. A região Sudeste

apresenta a maior disparidade entre a renda domiciliar per capita dos domicílios em que alguém recebe auxílio emergencial (R\$ 919) e em que ninguém recebe (R\$ 1.967). A região Norte, por sua vez, apresenta a menor disparidade - R\$ 704 e R\$ 1.372.

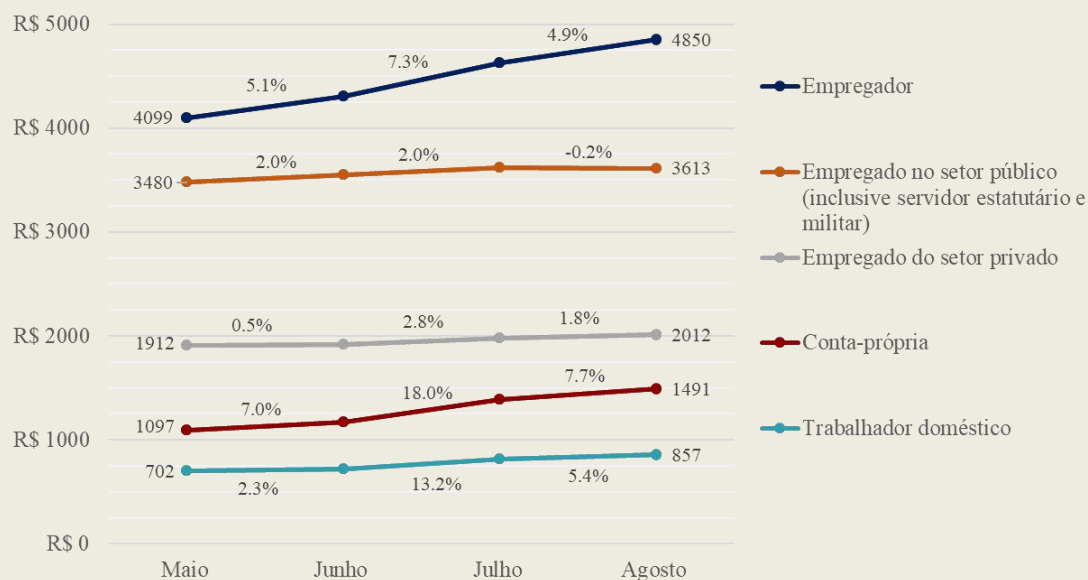
Gráfico 3. Rendimento real domiciliar per capita médio efetivamente recebido em domicílios em que alguém ou ninguém recebeu auxílio emergencial (agosto) (R\$)



Fonte: IBGE (2020)

Além disso, o rendimento médio do trabalho como um todo apresenta alguma recuperação ao longo dos quatro meses de pesquisa, passando de R\$ 1.908, em maio, para R\$ 2.137, em agosto, um aumento de 12%. Ainda assim, os dados apontam para desigualdades nesta recuperação quando analisada por diferentes perspectivas. Observa-se no Gráfico 4 abaixo, por exemplo, que o rendimento médio do trabalho em diferentes posições na ocupação demonstra certa estabilidade entre os meses de maio e junho. A partir de junho, por sua vez, os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores domésticos apresentam taxas de crescimento maiores. O grupo dos empregadores, ainda, se distingue por apresentar uma taxa de crescimento elevada desde o início da pesquisa.

Gráfico 4. Rendimento médio real efetivamente recebido de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho (R\$) e taxas de crescimento mensal (%) do rendimento por posição na ocupação (maio-agosto-2020)



Fonte: IBGE (2020)

Destaca-se também a recuperação do rendimento médio real efetivamente recebido nos meses de pesquisa no que diz respeito ao nível de instrução, grupos de idade, raça/cor e sexo, conforme ilustrado na Tabela 4. Quanto ao nível de instrução, o maior crescimento verifica-se entre os menos escolarizados, cujo rendimento médio passou de R\$ 929 em maio para R\$ 1.109 em agosto; o menor verifica-se no nível mais alto de escolaridade, ensino superior completo ou pós-graduação, que passou de R\$ 3.911 em maio para R\$ 4.205 em agosto. No caso dos grupos de idade, a maior recuperação de renda ocorre no grupo de pessoas com 60 anos ou mais, de R\$ 2.154 em maio para R\$ 2.545 em agosto. Homens e mulheres, em contrapartida, têm ampliação de rendimento médio muito similares entre maio e agosto, com aumentos de R\$ 225 e R\$ 224, respectivamente. Da perspectiva de raça/cor, por sua vez, os brancos apresentam um aumento de R\$ 276 no rendimento médio do trabalho no mesmo período,

enquanto pretos e pardos apresentam um aumento significativamente menor, de R\$ 184.

Tabela 4. Rendimento médio real efetivamente recebido de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho por nível de instrução, grupos de idade, sexo e cor/raça (maio-agosto-2020) (R\$)

	Maio	Junho	Julho	Agosto
Sem instrução ao fundamental incompleto	929	960	1 060	1 109
Fundamental completo ao médio incompleto	1 119	1 149	1 253	1 303
Médio completo ao superior incompleto	1 459	1 496	1 596	1 654
Superior completo ou pós-graduação	3 911	4 000	4 163	4 205
14 a 29 anos	1 276	1 306	1 386	1 412
30 a 49 anos	2 144	2 169	2 305	2 372
50 a 59 anos	2 034	2 123	2 273	2 338
60 anos ou mais	2 154	2 330	2 494	2 545
Homem	2 059	2 105	2 228	2 284
Mulher	1 705	1 751	1 877	1 929
Branca	2 393	2 448	2 596	2 669
Preta ou parda	1 467	1 507	1 612	1 651

Fonte: IBGE (2020)

É possível supor que parte dos rendimentos médios das categorias vem aumentando pelos efeitos multiplicadores das políticas emergenciais de renda. Apesar disso, não pode ser descartada a hipótese de que houve perda dos postos de trabalho nestas categorias, em especial os com menor remuneração, o que também promoveria o aumento na média.

Referências Bibliográficas

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD COVID19, disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/investigacoes-experimentais/estatisticas-experimentais/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1?t=o-que->

[e&utm_source=covid19&utm_medium=hotsite&utm_campaign=covid_19](#)>, acesso em 26 de setembro de 2020.

Evolução dos indicadores de saúde, de atividades escolares e de empréstimos com os dados da PNAD COVID

**Bruno Augusto Garcia⁵, Marcelo Nakamura Saito⁶, Agnaldo Valentin⁷,
André Gal Mountian⁸**

Introdução

Este artigo de conjuntura analisa os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) COVID19 dos meses de julho e agosto de 2020 – pesquisa em caráter experimental iniciada em maio de 2020 pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), no contexto da crise do Coronavírus. Com foco nos indicadores de saúde e também de comportamento social e empréstimos, optamos por explorar os 5 tópicos a seguir: i) sintomas e procura a estabelecimentos de saúde; ii) testagem de coronavírus; iii) comportamento social, referente aos níveis de isolamento; iv) indicadores escolares, por disponibilização de atividades; e, v) empréstimos. Referente aos indicadores de sintomas, comorbidades e itens de higiene foram cuidadosamente explorados pelas publicações oficiais do IBGE, sendo feita neste artigo apenas um breve panorama dos principais pontos das condições sanitárias.

Sintomas e procura a estabelecimentos de saúde

A pesquisa do mês de agosto revela que o número de pessoas que tiveram algum sintoma associado a síndrome gripal caiu de 24 milhões de pessoas em maio – 11,4% da população, para 12,1 milhões de pessoas em agosto – 5,7% da população total, com

⁵ Discente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH-USP)

⁶ Discente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH-USP)

⁷ Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH-USP) e pesquisador do Núcleo de Estudos em Economia e Políticas Públicas (NEEPP)

⁸ Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH-USP) e pesquisador do Núcleo de Estudos em Economia e Políticas Públicas (NEEPP)

destaque para a queda de 18,3% em maio na Região Norte para 5,6% em agosto. Entre os que procuraram estabelecimentos de saúde, os números relativos dos que apresentaram sintomas cresceram, embora os números absolutos sejam os menores desde o início da pesquisa, como revela o IBGE (2020). Ademais, o grupo que mais apresenta sintomas continua sendo aqueles com mais de 60 anos, e, regionalmente, a Região Norte continua com as maiores taxas.

Como visto anteriormente, a maior parte das pessoas não procura por estabelecimento de saúde (76,6% em agosto) quando tem algum sintoma. As principais providências tomadas por esse grupo ainda são: ficar em casa (73,3%) e comprar e tomar medicamento por conta própria (58,5%).

Seguindo o que foi investigado no Boletim de junho sobre os hábitos da população que apresentou algum dos sintomas associados à síndrome gripal, percebe-se que houve um aumento de 7,7 pontos percentuais de pessoas que procuraram um estabelecimento de saúde de maio a agosto. A tabela 3 apresenta os dados sobre procura a estabelecimento de saúde considerando sexo, grupo de idade e cor ou raça.

Tabela 1 - Distribuição das pessoas que apresentaram algum dos sintomas, no total da população (%)

Características	Foi a estabelecimento de saúde			
	Maio	Junho	Julho	Agosto
Homem	16,1	19,5	22,6	23,0
Mulher	15,4	19,0	22,9	23,6
Branca	14,0	17,8	22,5	23,4
Preta ou Parda	16,9	20,4	23,1	23,5
0 a 59 anos	15,7	19,3	24,7	21,9
60 anos ou mais	12,0	17,4	18,5	19,1
Total	15,7	19,2	22,8	23,4

Fonte: IBGE (2020)

Nota-se que houve um aumento generalizado de maio para julho independentemente da categoria de abertura dos dados. Esse aumento foi maior entre as mulheres (7,5 p.p.), as pessoas brancas (8,5 p.p.) e no grupo de idade de 0 a 59 anos (9 p.p.).

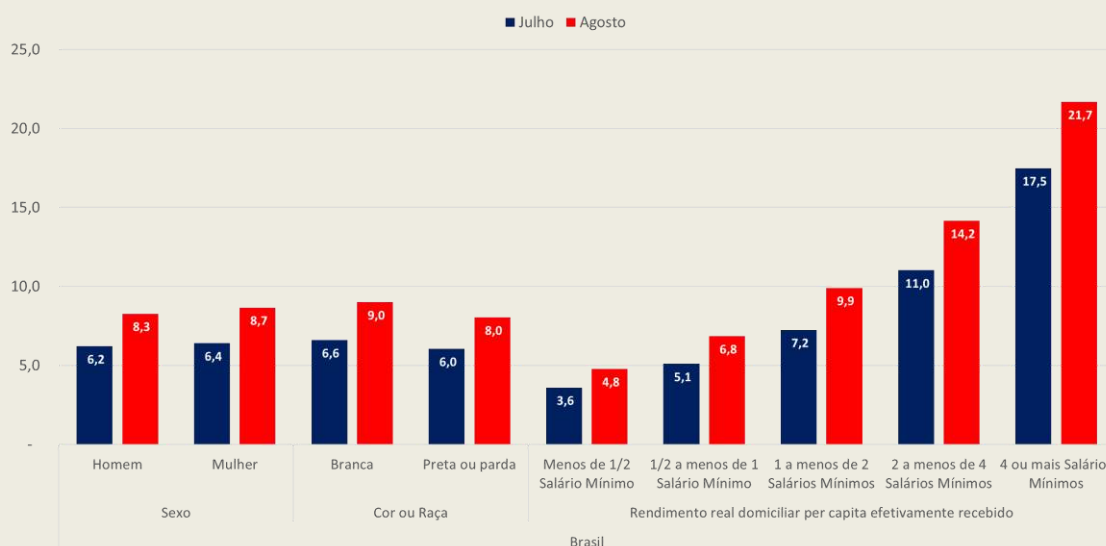
Das pessoas que apresentaram sintomas e procuraram estabelecimento de saúde, não houve significativa mudança nos estabelecimentos buscados comparando aos meses anteriores. Cerca de 77,1% da população buscou estabelecimento público de saúde em agosto. Além disso, 45,4% das pessoas procuraram por posto de saúde, unidade básica de saúde ou equipe de saúde da família em agosto.

Indicadores de testagem

O gráfico 1 leva em consideração, percentualmente, o tamanho dos grupos testados no total da população. Desse modo, pode-se observar que quanto maior o nível de instrução e o rendimento real domiciliar per capita efetivamente recebido, maior o percentual de testes realizados. Em julho, por exemplo, o grupo de pessoas com superior completo ou pós-graduação testou 4,6 vezes mais do que o grupo sem instrução ao ensino fundamental incompleto. De forma similar, o grupo de 4 ou mais salários mínimos testou cerca de 4,8 vezes mais do que o grupo de menos de ½ salário mínimo.

Por fim, importa considerar que cerca de 2,7 milhões das pessoas que fizeram algum teste em julho tiveram resultado positivo. Esse número cresce para 3,9 milhões em agosto.

Gráfico 1 - Percentual de pessoas que fizeram algum teste de Coronavírus, no total da população (%)



Fonte: IBGE (2020)

Comportamento social

Segundo os dados da PNAD COVID19 (IBGE, 2020), o isolamento social enfraqueceu entre os meses de julho e agosto de 2020. Entre os cerca de 211,3 milhões de habitantes no Brasil, houve aumento de cerca de 400 mil pessoas que não realizaram restrições, e de 10,5 milhões que reduziram contato, mas continuaram saindo de casa e/ou recebendo visitas. Nas duas modalidades mais restritivas, houve diminuição de 2 milhões de pessoas entre as que saíram apenas para necessidades básicas, e 6,8 milhões que ficaram rigorosamente isolados.

Tabela 2 - Distribuição da população segundo comportamento social em números absolutos e relativos

Mês	Não fizeram restrição	Reduziram contato mas continuaram saindo de casa e/ou recebendo visitas	Ficaram em casa e só saíram por necessidade básica	Ficaram rigorosamente isolados
-----	-----------------------	---	--	--------------------------------

	milhões	%	milhões	%	milhões	%	milhões	%
julho	4,1	2	64,4	30,5	92,0	43,6	49,2	23,3
agosto	4,5	2,1	74,9	35,5	88,0	41,6	42,4	20,1

Fonte: IBGE (2020)

Ao observarmos o isolamento segundo a renda domiciliar per capita, no total da população, é possível notar maior prática de isolamento social entre as pessoas nas faixas salariais mais baixas, tanto pela maior aderência às modalidades mais rigorosas, como pela menor incidência nos isolamentos menos rigorosos. Isto pode ser decorrência do maior afastamento desses estratos do mercado de trabalho, somado ao efeito do auxílio emergencial, que possibilitou a permanência em casa. Ademais, percebe-se um padrão estável próximo aos 2% em todas as faixas entre aqueles que não realizaram nenhuma restrição, com ligeiro aumento dos que recebem mais de 4 salários mínimos, em agosto.

Tabela 3 - Comportamento social segundo o rendimento domiciliar per capita, no total da população (%)

Rendimento domiciliar per capita	Mês	Não fizeram restrição	Reduziram contato mas continuaram saindo de casa e/ou recebendo visitas	Ficaram em casa e só saíram por necessidade básica	Ficaram rigorosamente isolados
Menos de 1/2 salário mínimo	julho	1,9	20,8	48,4	27,8
	agosto	2,0	24,5	47,5	25,0
1/2 a menos de 1 salário mínimo	julho	2,0	30,5	43,3	23,5
	agosto	2,1	35,0	42,0	20,3
1 a menos de 2 salários mínimos	julho	1,9	37,6	39,8	20,3
	agosto	2,3	42,7	37,4	17,2
2 a menos de 4 salários mínimos	julho	2,2	35,6	41,8	20,1
	agosto	2,1	43,4	37,2	16,7
4 ou mais salários mínimos	julho	1,6	31,5	46,0	20,4
	agosto	2,9	38,2	42,3	16,0

Fonte: IBGE (2020)

Indicadores escolares

Entre julho e agosto, o número de pessoas de 6 a 29 anos que frequentam (estão matriculados) em alguma instituição de ensino variou de 45,3 a 45,7 milhões de pessoas, o que representa 58,7% e 59,3% das pessoas nesta faixa etária, respectivamente. Destes totais, segundo a disponibilidade de atividades, em julho, 72,0% tiveram atividades escolares, 19,1% não tiveram, e 8,9% estavam de férias, enquanto em agosto 80,4% tiveram atividades, 16,6% não tiveram, e 3,0% estavam de férias. Grandes desigualdades foram observadas regionalmente: enquanto na Região Norte, 41,6% não tiveram atividades em julho e 38,6% em agosto, no Sul, a taxa variou de 8,8% a 6,4%, em julho e agosto, respectivamente.

Observando a disponibilidade de atividades escolares, segmentada por cor ou raça, nota-se que pretos e pardos tiveram as taxas mais altas de não disponibilização de atividades escolares nos dois meses da pesquisa. Esta assimetria não é explicada pela maior frequência de férias, tal como o caso da Região Centro-Oeste, mas especialmente pela baixa disponibilização de atividades para alunos com renda per capita domiciliar até menos de 4 salários mínimos das Regiões Norte, Nordeste e Sudeste. Na Região Sul, há maior homogeneidade da disponibilização de atividades, tanto no recorte de cor ou raça como de renda per capita.

Gráfico 2 - Disponibilidade de atividades escolares segundo cor ou raça (%)



Fonte: IBGE (2020)

Indicadores de solicitação e aquisição de empréstimos

Além dos indicadores de saúde tratados anteriormente, a PNAD-Covid de Julho passou a acompanhar a solicitação e aquisição de empréstimos. Dos 68,5 milhões de domicílios, cerca de 4 milhões (5,9% do total de domicílios) solicitaram alguma espécie de empréstimo em julho. Destes, 3,2 milhões (81%) tiveram sua solicitação atendida. Esse número representa 4,8% dos domicílios brasileiros. Em agosto, o número de pessoas que solicitaram e conseguiram empréstimos subiu para 4,1 milhões (6% dos domicílios) de um total de 4,8 milhões de domicílios solicitantes (84,8%).

As fontes de empréstimos mais comuns tanto em julho como em agosto são: banco ou financiadora, 2,4 milhões de domicílios (75,7% da fonte de empréstimo), seguido por parente ou amigo, 773 mil domicílios (23,6%), empregador ou patrão, 50 mil (1,5%), e outro local ou pessoa 56 mil (1,7%), no mês de julho.

A tabela 4 retrata a fontes de empréstimo de acordo com as regiões brasileiras. Pode-se notar que a região nordeste contém o maior percentual de aquisição de empréstimo da fonte banco ou financeira (80,6%) e, em contrapartida, tem o menor percentual referente a fonte parente ou amigo (18,8%), sendo esta fonte percentualmente maior na região sudeste (27,2%), que também contém o menor percentual de aquisição proveniente da fonte banco ou financiadora (72,9%).

Tabela 4 - Percentual de domicílios onde algum morador solicitou e conseguiu empréstimo - Julho (%)

Fonte do empréstimo	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Banco ou financeira	75,7	73,5	80,6	72,9	76,9	74,1
Parente ou amigo	23,6	25,3	18,8	27,2	21,5	23
Empregador, patrão	1,5	0,7	0,9	1,6	1,5	3,9
Outro local ou pessoa	1,7	3,7	1,4	1,5	1,9	2

Fonte: IBGE (2020)

Referências Bibliográficas

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar - PNAD COVID19, disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/investigacoes-experimentais/estatisticas-experimentais/27947-divulgacao-mensal-pnadcovid2.html?edicao=28926&t=destaques>, acesso em 28 de setembro de 2020.

Pesquisas em Políticas Públicas

Socorro Fiscal da União na pandemia: desigualdades nas transferências para estados e municípios⁹

Ursula Dias Peres¹⁰, Fábio Pereira dos Santos¹¹, Felipe José Miguel Garcia¹², Luma Mundin Costa¹³ e Rony Cardoso¹⁴

Introdução

Iniciadas em março de 2020, as políticas de distanciamento social, essenciais para a desaceleração do contágio da COVID-19, afetaram diretamente a atividade econômica, com quedas importantes na produção e circulação de mercadorias e serviços. Isso provocou preocupação e contextualizou as medidas de socorro fiscal que o Congresso Nacional aprovou com o objetivo de manter minimamente os recursos necessários para que estados e municípios pudessem enfrentar os desafios na saúde, assistência social e nas demais despesas públicas.

Para compensar as perdas tributárias no período da pandemia e minimizar seus efeitos nas finanças dos estados e municípios, que apontavam para uma leve recuperação após um período de diminuição e estagnação entre 2014 e 2019, a Lei Complementar 173/20 determinou a transferência de R\$ 60,15 bilhões aos entes subnacionais. Também foram aprovadas medidas de manutenção dos níveis de transferência dos fundos de participação de estados e municípios (FPE e FPM, respectivamente) no valor de R\$ 16 bilhões

⁹ Este texto é uma versão modificada da Nota Técnica publicada pela Rede de pesquisa Solidária: <https://bit.ly/3k0tRcu>

¹⁰ Docente USP-EACH, pesquisadora CEM e OIPP.

¹¹ Doutor em Administração Pública EAESP/FGV, Técnico da Câmara Municipal de São Paulo.

¹² Gestão de Políticas Públicas USP- EACH

¹³ Ciências Sociais USP-FFLCH

¹⁴ Bacharel USP-EACH

e liberados recursos federais para transferências por meio do Ministério da Saúde e outros ministérios.

À época, havia dúvidas se o volume desses recursos seria suficiente. Ao comparar as principais receitas de impostos no 1º semestre de 2019 e 2020, com base nos dados dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, é possível perceber que houve certa estabilidade nas receitas dos estados e capitais e que o socorro fiscal da União foi fundamental para isso. No entanto, analisando as transferências realizadas pela União é possível perceber que, tanto no caso dos estados quanto das capitais, houve desigualdade nos repasses da União.

Sem perda expressiva nos estados e capitais

Os dados¹⁵ mostram que, no caso dos estados, as transferências da União minimizaram as perdas, e a receita corrente líquida (RCL) até o 3º bimestre de 2020 ficou praticamente estável em relação ao 1º semestre de 2019. Houve queda na arrecadação agregada do ICMS, mas menor que a esperada. No caso das capitais, essas transferências resultaram em um aumento real de 4% na receita corrente líquida, apesar da maioria apresentar queda do ISS, também inferior à esperada.

A rubrica “outras transferências correntes” destacou-se: aumentou cerca de 90% nos estados e 50% nas capitais, impulsionada pelo socorro fiscal da União. O repasse, além de compensar a perda de arrecadação de impostos, permitiu que vários estados e capitais registrassem aumento das receitas correntes líquidas no semestre, como mostram os quadros 1 e 2:

Quadro 1: Receitas das Capitais –

¹⁵ Os dados de 2019 foram atualizados pela variação do IPCA entre julho de 2019 e junho de 2020.

Comparação	1º	Semestre	2019	e	2020			
RECEITAS - CAPITAIS 1º SEMESTRE 2019/2020							em R\$ milhões	
Especificação	3º bím 2019	3º bím 2020	Var 3º bím	Acum 2019	Acum 2020	Var Acum		
Receita corrente líquida - RCL	23.972	23.687	98,8%	79.962	83.201	104,1%		
ISS	6.029	4.844	80,4%	17.302	16.848	97,4%		
Cota-Parte do ICMS	3.211	2.926	91,1%	10.417	9.829	94,4%		
Cota-Parte do IPVA	775	636	82,1%	5.495	5.506	100,2%		
Transferências do FUNDEB	2.313	2.149	92,9%	7.772	7.674	98,7%		
Outras Transferências Correntes	3.008	5.468	181,8%	8.692	13.006	149,6%		
Cota-Parte do FPM	1.683	1.308	77,7%	5.087	4.659	91,6%		
ITBI	887	645	72,7%	2.508	2.127	84,8%		
ISS+ICMS+IPVA+Fundeb+ITBI+FPM+OTC	17.906	17.977	100,4%	57.273	59.650	104,1%		

Fonte: Elaboração dos autores com base no RREO – STN/ME.

Quadro 2: Receitas dos Estados - Comparação 1º Semestre 2019 e 2020

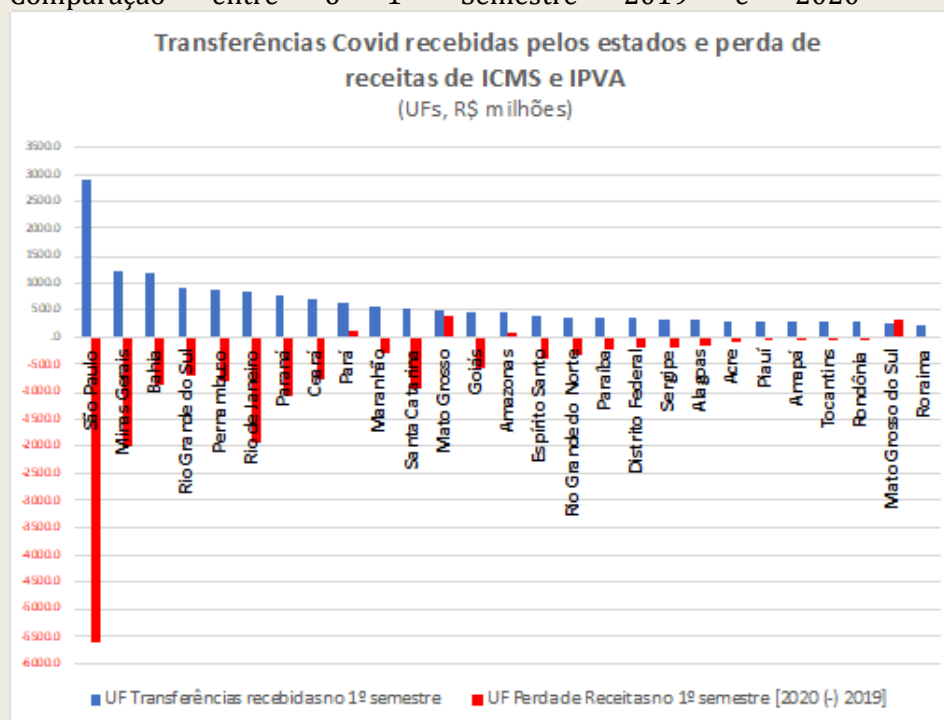
RECEITAS - ESTADOS E DF 1º SEMESTRE 2019/2020							em R\$ milhões	
Especificação	3º bím 2019	3º bím 2020	Var 3º bím	Acum 2019	Acum 2020	Var Acum		
Receitas correntes	154.417	144.098	93,3%	477.680	468.694	98,1%		
Receita corrente líquida - RCL	112.468	108.442	96,4%	340.458	339.933	99,8%		
ICMS	82.134	67.153	81,8%	247.857	232.863	94,0%		
IPVA	5.147	4.763	92,5%	36.195	34.997	96,7%		
Cota-Parte do FPE	17.612	13.387	76,0%	53.234	48.506	91,1%		
Outras Transferências Correntes	6.892	20.720	300,7%	19.303	36.860	191,0%		
IRRF	6.821	6.821	100,0%	19.361	20.367	105,2%		
ICMS+IPVA+FPE+OTC+IRRF	118.605	112.845	95,1%	375.949	373.591	99,4%		

Fonte: Elaboração dos autores com base no RREO–STN/ME.

Desigualdade arrecadatória e na repartição do socorro fiscal

Houve **desigualdades horizontais** em relação à arrecadação, em especial no caso do ICMS para estados e do ISS para as capitais: algumas unidades registraram aumento enquanto a maioria teve queda; e **verticais**, em relação ao recebimento das transferências da União e à suspensão do serviço da dívida previstos na LC 173.

Gráfico 1 – Transferências Covid X Perdas de receitas dos estados - Comparação entre o 1º Semestre 2019 e 2020



Fonte: elaboração dos autores com base no RREO – STN/ME.

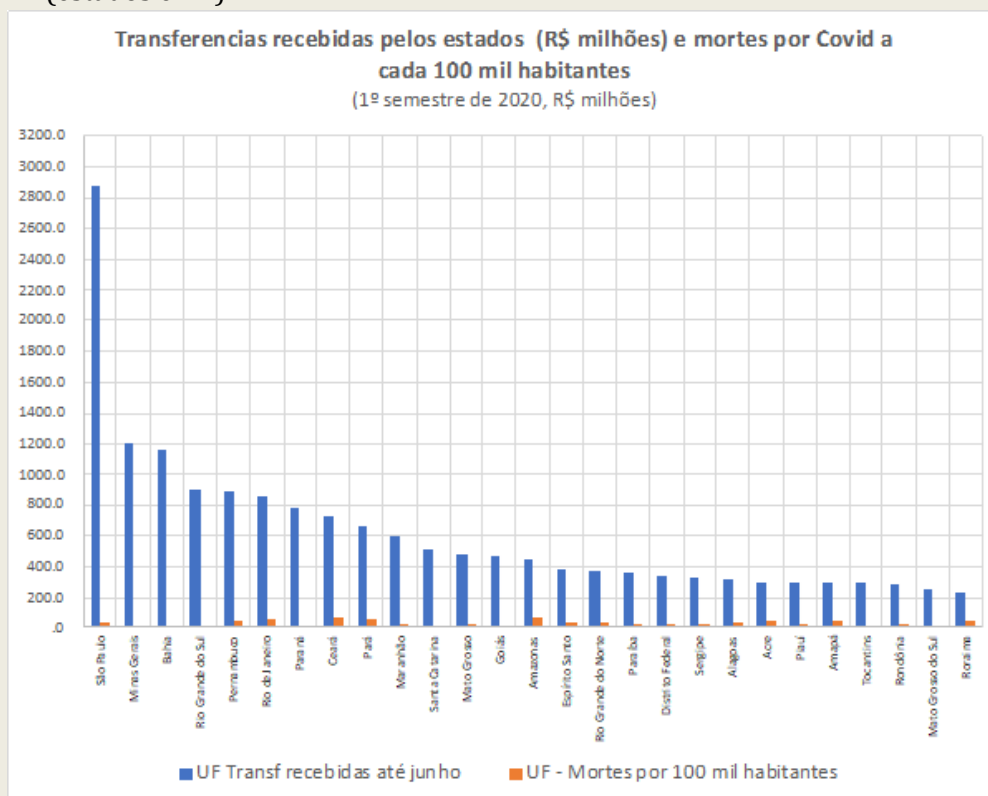
As colunas vermelhas do gráfico 1 mostram uma desigualdade horizontal na arrecadação dos impostos estaduais, sobretudo o ICMS. A queda global do ICMS no semestre foi de 6%, mas houve diferenças expressivas entre os estados, com perdas de até 11,9% (CE) e ganhos de até 10,7% (MS). Nesse período, SP, RJ, CE, RN, SC e PR apresentaram perda na arrecadação dos principais impostos, enquanto RS, BA e MA ficaram mais próximos do equilíbrio, e MT, MS e PA apresentaram ganhos de arrecadação.

As colunas azuis indicam a desigualdade na distribuição do socorro fiscal entre as UFs, que em alguns casos significou transferência maior que a perda registrada de arrecadação. Mesmo os que sequer tiveram perda arrecadatória receberam a transferência. Foi o caso do MT, que teve um aumento de Receita Corrente Líquida no semestre de quase 20%.

O gráfico 2 mostra que os estados que tiveram mais mortes pela Covid-19 nesse período não foram necessariamente os mais beneficiados pelo socorro fiscal, sinalizando a ausência de sintonia

entre a distribuição do apoio financeiro da União e a situação dos estados atingidos pela pandemia:

Gráfico 2: Transferências X Mortes por 100 mil habitantes até junho (estados e DF)



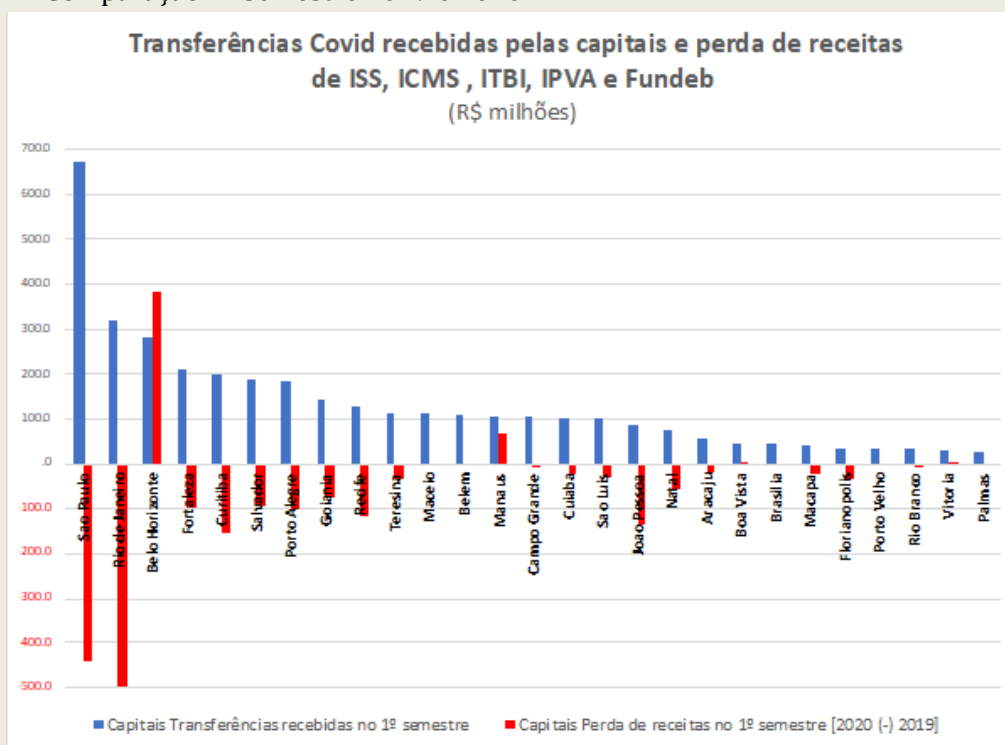
Fonte: elaboração dos autores com base no RREO – STN/ME e Cota (2020)

No caso das capitais, as receitas correntes líquidas tiveram desempenho superior aos estados e acumularam aumento real de 4% no 1º semestre de 2020 ante o 1º semestre de 2019. A arrecadação consolidada do ISS caiu menos que o esperado e a diminuição real no 1º semestre de 2020, em comparação ao mesmo período de 2019, foi de 2,6%. Já a cota-parte do ICMS teve queda maior, de aproximadamente 5%.

O gráfico 3 mostra que a arrecadação de impostos também foi horizontalmente desigual entre as capitais – Belo Horizonte, Boa Vista e Manaus não registraram perdas na arrecadação, enquanto outras tiveram perdas mais expressivas, como São Paulo e Rio de Janeiro. Quanto às receitas advindas de outras transferências correntes da União a distribuição igualmente não guardou

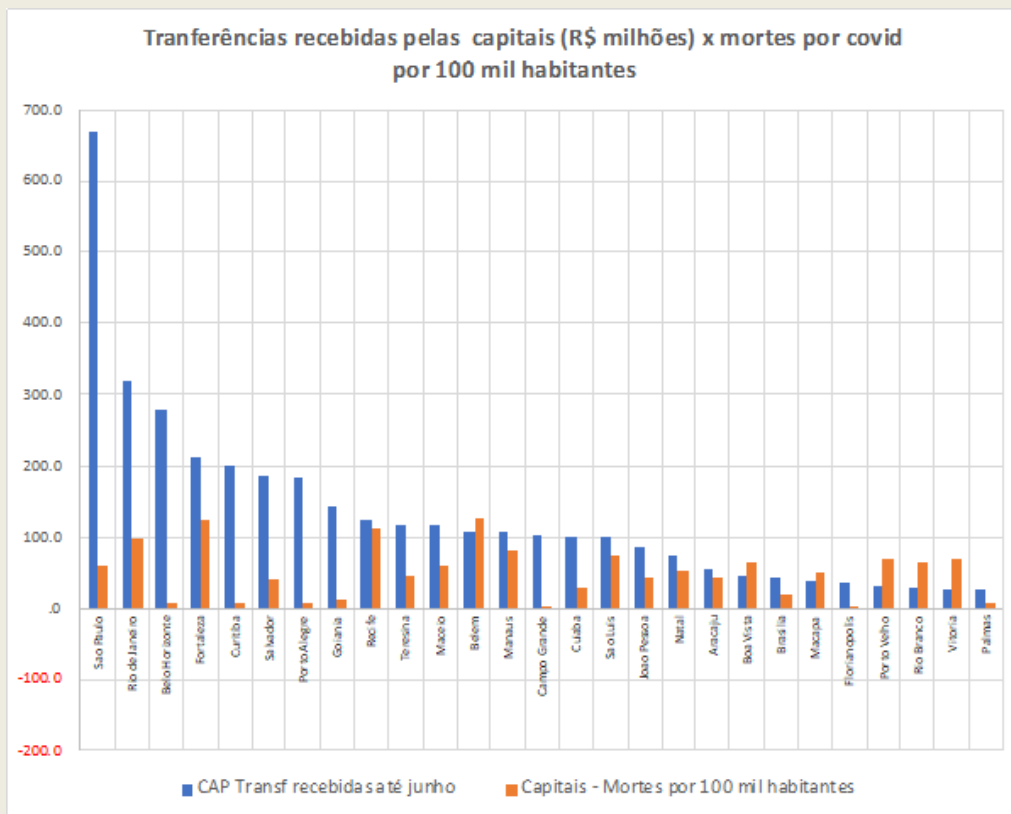
correlação com o número de mortes por Covid-19. A maioria das capitais recebeu volumes maiores que as perdas e Rio de Janeiro e João Pessoa receberam transferências menores do Programa Federativo de Enfrentamento à Covid-19 menores que as perdas.

Gráfico 3 – Transferências Covid X Perdas de receitas das capitais – Comparação 1º Semestre 2019 e 2020



Fonte: elaboração dos autores com base no RREO – STN/ME.

Gráfico 4 – Transferências Covid X Mortes por 100 mil habitantes no 1º semestre

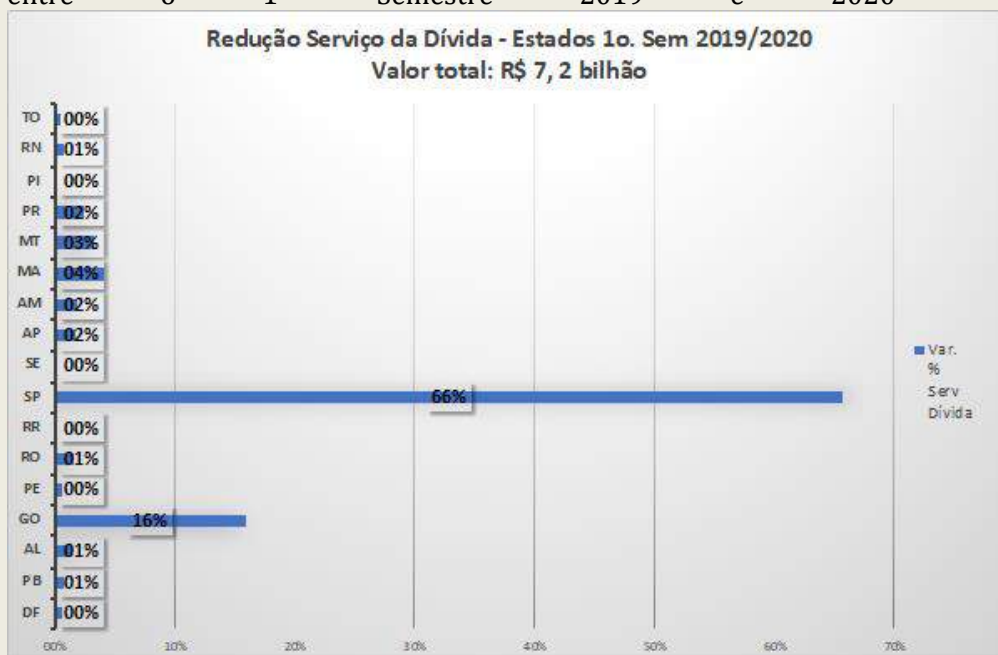


Fonte: elaboração dos autores com base no RREO – STN/ME.

A suspensão dos serviços da dívida também foi desigual

A LC 173/20 previu que, além da compensação financeira a ser transferida pela União, o pagamento dos serviços da dívida de estados e capitais poderia ficar suspenso até o final de 2020. Esse benefício pode ser percebido na comparação entre os gastos com serviço da dívida no 1º Semestre de 2020 e no 1º Semestre de 2019. Neste caso, o benefício foi recebido apenas por alguns dos estados e foi concentrado em São Paulo e Goiás (ganhos indiretos no semestre de R\$ 4,77 bilhões e R\$ 1,14 bilhões), como mostra o gráfico 4.

Gráfico 5 – Redução do Serviço da Dívida dos Estados - Comparação entre o 1º Semestre 2019 e 2020



Fonte: elaboração dos autores com base no RREO – STN/ME.

A suspensão do serviço da dívida também não beneficiou a totalidade das capitais e a redução de cerca de R\$ 1,1 bilhão nessa despesa ficou concentrada nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (R\$ 766 milhões e R\$ 264 milhões respectivamente). O gráfico 5 demonstra a desigualdade na aplicação desse benefício.

Gráfico 6: Redução do Serviço da Dívida das Capitais - Comparação entre o 1º Semestre 2019 e 2020



Fonte: elaboração dos autores com base no RREO – STN/ME.

Conclusão e Perspectivas para o 2º Semestre

O 1º semestre de 2020, em comparação ao 1º semestre de 2019, mostrou certa estabilidade de receitas dos estados brasileiros e pequena elevação das receitas das capitais. Tal fenômeno é fruto de uma arrecadação de impostos menos negativa do que esperado e, principalmente, pelas transferências do socorro fiscal da União, previstos na LC 173/2000 e outros instrumentos.

Concomitantemente a isso, observamos que o comportamento das receitas foi bastante distinto entre os estados e também entre as capitais. Houve também desigualdades verticais na distribuição do socorro fiscal da União (amplificadas pela suspensão do pagamento do serviço da dívida dos estados e capitais) o que gerou benefícios especiais para os estados de São Paulo e Goiás, assim como para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Dessa forma, diante do quadro atual de receitas e a continuidade do enfrentamento da pandemia, que se desenvolve desigualmente nos estados, é importante repensar e aprimorar os mecanismos de distribuição de recursos. O socorro fiscal deve ter seu foco nos estados e municípios com maiores perdas de

impostos de modo a manter seu equilíbrio financeiro e garantir a oferta de serviços públicos à população brasileira.

Rearranjo da narrativa antiproibicionista: Como a incorporação da pauta medicinal na agenda da descriminalização da *cannabis* reposiciona o movimento antiproibicionista

Bruna Chamas Biondi; Daniela Salú Mateus da Silva; Ergon Cugler de Moraes Silva; Laís Simões de Castro Barlati¹⁶, Wagner Tadeu Iglecias, Ana Claudia Sanches Baptista¹⁷

1. CONTEXTO

No contexto de disputa de narrativas sobre o uso da *cannabis* - seja pelas pautas da descriminalização, regulamentação, responsabilização estatal ou privada -, o movimento antiproibicionista tem ganhado espaço especialmente na medida que diversos países trazem esse debate das ruas para as instituições.

Assim, as reflexões aqui expostas passam por identificar, em um primeiro momento, brevemente como a mobilização pela descriminalização da *cannabis* se arranhou no Brasil, inclusive quanto aos seus aspectos socioculturais e, em um segundo momento, como a pauta medicinal se incorpora, rearranjando não apenas a narrativa do amplo e difuso movimento antiproibicionista, mas também de seus contrapontos no debate social.

¹⁶ Biondi, Silva, Silva e Barlati são graduandos em Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP).

¹⁷ Ensaio apresentado como trabalho de conclusão da disciplina Sociedade e Estado, do curso de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). Esse trabalho contou com a supervisão do Professor Doutor Wagner Tadeu Iglecias e da Doutoranda do Programa de Mudança Social e Participação Política da EACH-USP, Ana Claudia Sanches Baptista. As discussões também são frutos da exposição dos convidados, o Psicólogo Gabriel Pedroza e a Advogada Cintia Yara Silva Barbosa.

2. O MOVIMENTO ANTIPROIBICIONISTA

Estudos apontam que o uso da *cannabis* se iniciou com a vinda de escravos africanos para o Brasil (SOUSA, SANTOS, ALÉSSIO; 2018), o que pode indicar o porquê de sua proibição em 1936 ter sido acompanhada de uma política higienista e racista. Seus avanços passaram desde a associação aos marginais na década de 50 até a associação a um estilo de vida alternativo da contracultura e dos *hippies* nas décadas de 60 e 70. Assim, fortalecido na década de 80, o uso recreativo da droga foi mais bem visto. Entretanto, o avanço para a implementação de políticas públicas antiproibicionistas demonstrou lentidão e somente em 2016 permitiu-se a prescrição e a importação de medicamentos com THC e CBD (SOUSA, SANTOS, ALÉSSIO; 2018).

Ainda, o movimento antiproibicionista voltado à *cannabis* possui diferentes expressões que, apesar de não se restringirem à Marcha da Maconha, têm nela sua maior representação social em nível global. O caráter internacional do movimento se constituiu como resposta direta à política de guerra às drogas como prática ativa de combate e criminalização do uso dessas substâncias.

Resgates históricos, como de Lanças (2013)¹⁸, demonstram que a narrativa dominante em relação ao uso da *cannabis* foi ditada pela elite religiosa e econômica, corroborada por discursos moralistas, de forma que a guerra às drogas foi legitimada pelas instituições políticas. Ainda, o capitalismo e seus reflexos na ética protestante condenavam o prazer desvinculado do mérito e, da mesma forma, o discurso se consolidou através do racismo e da marginalização dos povos.

3. A PAUTA MEDICINAL

Mesmo existindo variadas evidências dos benefícios medicinais para inúmeras doenças como epilepsia refratária, esclerose

¹⁸ Vale ressaltar que as marchas anuais, tratadas aqui em referência à produção acadêmica de Lanças (2013), representam apenas uma das faces de um movimento amplo e difuso que tem na Marcha da Maconha sua caracterização maior. Sendo assim, a Marcha da Maconha abarca, para além das manifestações, a luta do movimento social em discussões sociais, econômicas e jurídicas.

múltipla, epilepsias graves que retardam e inibem o desenvolvimento motor e cognitivo de crianças e adolescentes e etc, a pauta da descriminalização e regulamentação do uso medicinal e recreativo avançam lentamente, com retóricas conservadoras que distanciam tal assunto do cotidiano, como aponta o psicólogo Gabriel Pedroza¹⁹.

O advogado Emílio Figueiredo, no documentário *Ilegal: A Vida Não Espera* que retrata a luta de um coletivo de mães que reivindica a liberdade para poder cultivar e importar o remédio derivado da *cannabis* para os filhos, cita que a descriminalização e regulamentação da maconha medicinal enfrenta, também, o *lobby* da indústria farmacêutica, principalmente das empresas que produzem remédios em preços elevados e que teriam lucros prejudicados na medida em que mais famílias possam cultivar e produzir seus próprios medicamentos.

A atuação de mães em todo o país, como também na América Latina²⁰, amplificou uma demanda social que reivindica o uso permitido da *cannabis* para fins terapêuticos, é a partir desses atores que a pauta avança. No entanto, a permissão para importar não garante o acesso, como afirma Margarete Brito, mãe de uma criança com a síndrome *CDKL5* e fundadora da APEPI (Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis). Para ela, o acesso é difícil tanto pelo alto preço dos produtos (cobrados em dólares com taxas de importação) quanto por entraves burocráticos que impedem o acesso aos produtos e desencadeia na abertura para o mercado ilegal dos produtos.

A APEPI e outras associações como a CULTIVE, ABRACANNABIS, ABRACE, LIGA CANÁBICA, Juntas Somos Mais Fortes, entre outras, encabeçadas em sua maioria por mães e familiares e inúmeros profissionais interdisciplinares, reafirmam o uso terapêutico acessível e universal com permissão do procedimento caseiro.

¹⁹ Disponível em: <<https://medium.com/portal-expresso/a-guerra-%C3%A0s-drogas-e-suas-controv%C3%A9rsias-e-implica%C3%A7%C3%B5es-7604c3d0aaad>>. Acesso em 05 ago. 2020.

²⁰ Para saber mais: Movimento *Mamá-Cultiva* e *Fundação Daya*

Assim, tais associações²¹ têm conseguido liminares para plantar a *cannabis* e produzir medicamentos para as famílias associadas, como também indivíduos com doenças passíveis de serem tratadas com os canabinóides têm obtido salvo-conduto para o cultivo doméstico. Os avanços são individuais e não atingem a totalidade da população em um acesso democrático e universal, mas são importantes ao romperem estereótipos e preconceitos e incorporam o movimento.

No que concerne à Marcha da Maconha e o movimento antiproibicionista, a pauta medicinal soma-se à outras pautas que compõem o movimento, reunindo em sua composição pautas múltiplas, como o racismo institucional, os direitos fundamentais dos indivíduos, o encarceramento em massa, o genocídio da população negra, a corrupção e o direito à vida, à saúde e ao bem-estar, ampliando o leque no que diz respeito à pauta em questão.

De acordo com o estudo publicado no Fórum Sociológico²²,

[...] uma conquista que deve ser atribuída, principalmente, às mães das crianças epiléticas que tiveram suas histórias e pleitos veiculados na mídia impressa, televisiva e internet. Essas mães vêm ocupando a liderança da *cannabis* medicinal no Brasil, se articulando com movimentos ativistas, instituições de ensino e pesquisa, levando a demanda de democratização do acesso que impulsiona o desenvolvimento de pesquisas (CARVALHO; BRITO; GANDRA; 2017).

Há exemplo de caso no Rio de Janeiro, onde uma “Rede” foi formada para “ajudar pacientes que não tenham condições de pagar pelos medicamentos” (VERÍSSIMO; POLICARPO; PRADO, 2017). Assim, há um forte recorte de classe que segmenta os usuários de *cannabis* para fins medicinais, sendo (i) aqueles com recursos para importação; (ii) daqueles que não possuem recursos e passam a se organizar por meio de “Redes” ou mobilizações que convergem na pauta da descriminalização.

²¹ Disponível em: <<https://www.growroom.net/apepi-cultivar-maconha/>>. Acesso em 05 ago. 2020.

²² Disponível em: <<https://journals.openedition.org/sociologico/>>. Acesso em 05 ago. 2020.

Diante do recorte, Veríssimo, Policarpo e Prado (2017) ainda reforçam a preocupação existente nessa “Rede” no que se refere ao “direito ao acesso” - inclusive convergindo com manifestações da ABRACANNABIS e da APEPI -, uma vez que a ABRACE recebeu tal autorização para cultivo e manipulação da *cannabis* para fins exclusivamente medicinais, optando pela cobrança de taxas para uso dos medicamentos e destoando do teor “social” da pauta. Diante disso, é possível relacionar brevemente os autores como Capella e Brasil (2015) que apontam que, com os subsistemas, é possível observar como o macrossistema - “compostos de um grande número de participantes com múltiplos interesses” -, congrega narrativas diante da pauta da *cannabis*, seja recreativa ou medicinal.

Contudo, quanto a trajetória antiproibicionista identifica-se um primeiro arranjo centrado na pauta pela descriminalização da *cannabis* para uso recreativo, então confrontado pela narrativa conservadora em posse das instituições; e, em um segundo momento, com a aproximação do movimento pelo uso da *cannabis* medicinal, nota-se um arranjo pautado pela descriminalização e regulamentação na medida que tendências liberais buscam se apropriar do contexto propiciado pelo acúmulo do movimento antiproibicionista para lucrar com os medicamentos, invisibilizando a pauta antiproibicionista e da descriminalização da *cannabis* como movimento social.

Assim, o movimento antiproibicionista, mesmo constituindo coalizão com atores da pauta medicinal, não apenas segue com sua antítese conservadora, mas tem no liberalismo uma nova face da apropriação da pauta do movimento para sequestro da narrativa e produção de lucro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em certa medida, é possível observar o rearranjo não apenas na narrativa do movimento antiproibicionista com a incorporação da pauta medicinal, mas também adaptações táticas na disputa, inserindo-se em arenas antes pouco ocupadas - tal como a arena

judicial na disputa com as corporações privadas pelo direito ao uso dos subprodutos e medicamentos derivados da *cannabis*.

Dessa forma, uma breve conclusão, se faz possível ao trazer a discussão de Gramsci (ANGELI, 2011), no qual aponta que os movimentos dentro da sociedade civil que se mobilizam na defesa da descriminalização da *cannabis* para o uso medicinal encontram como oposição os movimentos moralistas e que possuem na sociedade política representantes poderosos que garantem a estagnação ou retrocesso na pauta da descriminalização da *cannabis*.

Assim, quando trazemos a discussão para os movimentos da sociedade civil que pautam o uso legal da *cannabis* de forma medicinal é palpável uma maior aceitação desta perante aos grupos moralistas, o que, porém, não é um indicativo de possíveis avanços, visto que as grandes indústrias farmacêuticas pressionam a sociedade política para que o plantio siga proibido e os medicamentos se estabeleçam com altos valores, de forma a garantir o seu lucro.

Ainda, é nesse contexto que o arranjo antiproibicionista passa da antítese explicitamente conservadora no que diz respeito ao uso da *cannabis* para fins recreativos, mas acumula, com a pauta medicinal, uma antítese do liberalismo econômico, no qual o mercado busca absorver a pauta medicinal na medida em que invisibiliza a mobilização antiproibicionista, com apropriação da pauta do movimento para sequestro da narrativa e produção de lucro de corporações.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELI, J. M. **Gramsci, Hegemonia e Cultura: relações entre Sociedade Civil e Política**, 2011. Revista Espaço Acadêmico, nº122.
CAPELLA, A. C. N.; BRASIL, F. G.. **Análise de políticas públicas**. São Paulo. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002015000100057>. Acesso em 05 ago. 2020.

CARVALHO, V. M.; BRITO, M. S. de; GANDRA, M. **Mães pela cannabis medicinal em um Brasil aterrorizado entre luzes e fantasma**. Forum Sociológico [Online]. 2017.

GONTIÈS, B.; ARAÚJO, L. F. de. **Maconha**: uma perspectiva histórica, farmacológica e antropológica. Rio Grande do Norte. 2003. Disponível em:

<<https://www.periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/164>>.

Acesso em 05 ago. 2020.

LANÇAS, V. R. **Marcha da maconha, transgressão e identidade em um movimento social contemporâneo**, 2013. Florianópolis, UFSC, 2013.

PRADO, M.; POLICARPO, F.; VERÍSSIMO, M. **Direito ao acesso e acesso ao direito**. São Paulo. 2017. Disponível em:

<<http://nadir.fflch.usp.br/sites/nadir.fflch.usp.br/files/upload/paginas/monique%20prado.pdf>>. Acesso em 05 ago. 2020.

SOUSA, Y. S. O.; SANTOS, M. de F. de S.; ALÉSSIO, R. L. S.. **Maconha e Representações Sociais em Matérias de Jornal**, 2018. Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, vol 34.